

Acórdão nº. 98.999

Mandado de Segurança nº 26600-73.2008.5.21 – Divulgação: DEJT 07.12.2010

Desembargador Relator: Ronaldo Medeiros de Souza

Impetrante: Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil Pesada, Montagens, Instalações e Afins do Estado do Rio Grande do Norte SINTRACOMP e outros

Advogados: Eduardo Serrano da Rocha e outros

Autoridade coatora: Juíza da 7ª Vara do Trabalho de Natal/RN

Litisconsorte: Ministério Público do Trabalho PRT 21ª Região

Origem: TRT da 21ª Região

Ementa: Mandado de Segurança. Quebra dos sigilos bancário e fiscal. Instrução de Ação Civil Pública. Inexistência de ilegalidade ou abuso de poder. Trata-se de procedimento calcado em lei infraconstitucional, com a devida observância do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, resultante da relevância do interesse público na obtenção da verdade real para a solução pacífica da lide havida entre as partes, a justificar a ação estatal restritiva ao direito fundamental do cidadão. Ressalte-se, ainda, a existência de jurisprudência da Suprema Corte no sentido de que os direitos e garantias fundamentais não se revestem de caráter absoluto.

Decisão: Acordam os Desembargadores Federais e a Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, por unanimidade, rejeitar a preliminar de impedimento de parte da composição do Tribunal por violação ao princípio do juízo natural, suscitada em sustentação oral pelo advogado do impetrante e admitir a ação. Mérito: por unanimidade, denegar a segurança. Por unanimidade, deferir o requerimento da Representante do Ministério Público do Trabalho, no sentido de ser notificada, pessoalmente, da lavratura do presente acórdão, nos termos do art. 18, inciso II, alínea h, da Lei Orgânica do Ministério Público da União. Natal/RN, 25 de novembro de 2010.